



CONDORCET E A ESCOLA PÚBLICA, LAICA, GRATUITA E UNIVERSAL

Itamaragiba Chaves Xavier - CEIHE/UFPEL¹

Elomar Tambara - CEIHE/UFPEL²

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar, nos escritos de Condorcet, qual é a sua concepção de escola pública, laica, gratuita e universal, que são elementos centrais em muitos debates sobre a instrução desde o fim do século XVIII aos nossos dias. As fontes utilizadas neste estudo são: Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano y otros textos (CONDORCET, 1997), Cinco memórias sobre a instrução pública (CONDORCET, 2008) e Escritos sobre instrução pública: Condorcet (CONDORCET, 2010). A metodologia de pesquisa empregada é da análise de conteúdo (BARDIN, 2004). A importância deste estudo está em possibilitar a melhor compreensão acerca de um autor que influenciou projetos de instrução em vários países, inclusive no Brasil. Pode-se concluir que o autor defendia a instrução gratuita até o quarto grau. A universalidade se restringia, num primeiro momento, ao ensino primário. A escola laica significava a ausência de qualquer religião no espaço escolar, enquanto que a escola pública não pode servir como aparelho ideológico de Estado, devendo ser independente dos poderes constituídos.

Palavras-chave: Condorcet. Instrução Pública. Laica. Gratuita. Universal.

Introdução

Condorcet³ nasceu em 17 de setembro de 1743 em Ribemont e seu nome é Marie-Jean-Antonie-Nicolas Caritat. Filho de uma família aristocrática, fez seus primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Reims. Aproximou-se dos enciclopedistas e escreveu verbetes sobre matemática para a enciclopédia. Tornou-se amigo de D’Lambert, Codillac, Diderot, Voltaire, Helvécio e Turgot.

Durante o período revolucionário francês escreveu praticamente sozinho o Relatório e Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública, o qual foi submetido à Assembléia Nacional em 20 e 21 de abril de 1792. Elaborou também um Projeto de Constituição, no entanto, “a versão da carta constitucional aprovada desagradou Condorcet, o

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FAE/UFPEL). Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação - CEIHE/UFPEL.

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FAE/UFPEL). Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação - CEIHE/UFPEL.

³ Para maiores dados biográficos ver Alves (2010) e Boto (2003).

que o levou a escrever *Avis aux français sur la nouvelle constitution*". Nesse escrito o autor adverte aos franceses da "ameaça que pairava sobre a liberdade". Como consequência, foi perseguido pelo terror, passando a viver na clandestinidade até março de 1794, quando foi preso. Morreu na prisão em circunstâncias não muito claras e "as explicações oscilam entre o suicídio por envenenamento e o esgotamento físico" (ALVES, 2010, p. 4 - 5).

O objetivo do presente artigo é analisar, nos escritos de Condorcet, a sua concepção de escola pública, laica, gratuita e universal.

Uma das justificativas para se debruçar sobre o pensamento educacional de Condorcet está em ser ele o autor base dos dois primeiros projetos de instrução pública do Brasil independente. O primeiro é a Memória de Martim Francisco Ribeiro d'Andradas Machado, apresentada à Comissão de Instrução Pública durante os trabalhos da primeira Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa de 1823, a qual foi dissolvida por Dom Pedro I em novembro de 1823. O segundo é o projeto de lei sobre instrução pública de Januário da Cunha Barbosa, apresentado na sessão de 16 de julho de 1826, do Parlamento Brasileiro.

Outras justificativas podem ser encontradas em obras que tratam direta ou indiretamente do autor francês. Para Saviani (2008) Condorcet se configura na expressão mais elaborada da relação Estado e escola na concepção liberal. E Alves (2010, p. 11) ao se referir ao Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública de Condorcet, diz que "é uma fonte que não pode ser negligenciada por qualquer estudioso que se debruce sobre as origens da instrução pública na sociedade burguesa".

Conforme Boto (2003, p. 741), no século XIX, esse Plano serviu de modelo para "projetos e parâmetros reformadores da instrução pública nos mais variados países do continente europeu (e, inclusive, na América Latina – muito particularmente no Brasil)".

A importância de conhecer o pensamento educacional de Condorcet não está somente em compreender o passado, mas sim em pensar em temas atuais. Muitos pressupostos desse autor ainda não foram alcançados. Boto (2003, p. 758) recomenda que revistássemos o Relatório e projeto de escola de Condorcet, pois "defender a universidade pública e gratuita, defender a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, defender as decisões colegiadas das instâncias decisórias, tudo isso estava previsto no Relatório".

A metodologia de pesquisa empregada é da análise de conteúdo (BARDIN, 2004). As fontes utilizadas neste estudo são: *Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano y otros textos* (CONDORCET, 1997), *Cinco memórias sobre a instrução pública* (CONDORCET, 2008) e *Escritos sobre instrução pública: Condorcet* (CONDORCET, 2010).

Devido as referências citadas, que exaltam a importância de conhecer os pressupostos de instrução de Condorcet para os estudiosos da história da educação, o tema passou a ser instigante e, por compreender que a escola laica, gratuita, pública e universal está presente nos debates sobre a educação, elegemos essas quatro categorias para serem buscadas nas fontes e definir como o autor compreende cada uma delas.

De posse das fontes, iniciou-se a leitura e o fichamento das mesmas. Quando apareciam essas categorias ou referência indireta a elas, eram registrados comentários ou simples anotações a respeito. Entretanto, o estudo foi além dessas categorias, quando foram feitas anotações que buscavam compreender a concepção de sociedade, segundo o autor francês.

Após ler e fichar todas as fontes, as mesmas foram agrupadas em cinco blocos, quatro referentes a cada uma das categorias e outro com abordagens que tem relação com a compreensão de mundo de Condorcet.

O próximo passo foi a análise das fichas e a construção do presente texto.

Condorcet e a instrução pública, laica, gratuita e universal

Condorcet divide o ensino em cinco graus de instrução, com as seguintes designações “1º Escolas primárias; 2º Escolas secundárias; 3º Institutos; 4º Liceus; 5º Sociedade nacional das ciências e artes” (CONDORCET, 2010, p. 25). Somente o último grau de instrução não seria gratuito, “en estos cuatro grados de instrucción, la enseñanza será totalmente gratuita” (CONDORCET, 1997, p. 272).

O autor francês, apesar de defender a universalização da instrução, nesse primeiro momento se refere somente ao primeiro grau, pelo qual todos deveriam passar, por ser onde se ensina,

aquilo que é necessário a qualquer indivíduo para se conduzir por si mesmo e gozar da plenitude dos seus direitos. Esta instrução será suficiente mesmo aos que aproveitarão as lições dadas aos homens para torná-los capazes de exercer as funções públicas mais simples, às quais é bom que todo cidadão possa ser convocado, como aquela de jurado, de guarda municipal (CONDORCET, 2010, p. 25).

Há uma postura de reconhecer a escola como espaço de construir sujeitos autônomos, pois ensinaria os conhecimentos necessários a seguir somente a sua própria razão. Há, também, o ideal de formar o cidadão, que participa na construção da sociedade em que vive,

assumindo funções públicas, como a de júri e guarda municipal. Apesar de toda a dificuldade, naquele momento, da universalização de todos os graus de instrução, está se buscando a formação do sujeito ativo e livre, pois “la igualdad de instrucción que podemos confiar en alcanzar, pero que debe ser suficiente, es aquella que excluye toda dependencia, ya sea forzada o voluntaria” (CONDORCET, 1997, p. 193). O autor defende que os conhecimentos que compõem a instrução primária sejam suficientes para o cidadão conhecer os seus direitos, os seus deveres e possa participar da sociedade sem depender de nenhum outro cidadão, agindo e participando de forma livre. Ser livre para Condorcet é poder usar a sua razão independente de qualquer outro ser humano.

Para Condorcet a perspectiva de universalidade naquele momento era do ensino primário, pois “as escolas secundárias são destinadas a crianças cujas famílias possam dispensá-las por mais tempo do trabalho e consagrar a sua educação maior número de anos” (CONDORCET, 2010, p. 27). Para o autor, a realidade francesa daquele momento não possibilitava uma instrução para todos em todos os graus,

nós pensamos que no plano da organização geral nosso primeiro cuidado deveria ser de tornar, por um lado, a educação tão igual quanto universal; e, de outro, tão completa quanto as circunstâncias possam permitir; que é preciso dar a todos, igualmente, a instrução que é possível ser estendida a todos, mas não recusar a nenhuma parcela dos cidadãos a instrução mais elevada que é impossível fazer aquinhoar à massa ativa dos indivíduos (CONDORCET, 2010, p. 23).

Segundo o autor, a dificuldade de expansão da instrução não se restringia tão somente aos problemas referentes aos alunos, mas também a falta de professores e problemas demográficos, tendo que contentar-se com um só professor para “cada establecimiento, la de situar las escuelas cerca de los niños, el corto número de años que los de familia pobre pueden dedicar al estudio, nos obligaron a reducir esta primeira instrucción” (CONDORCET, 1997, p. 257).

Condorcet não pode ser visto de forma restritiva, pois ele é abrangente. Mesmo que nesse primeiro momento a instrução universal seja reconhecida como primária, ele pensa conforme a realidade, o que era possível naquele momento na França. Por outro lado, ele reconhece que no porvir, quando as circunstâncias melhorarem, esse estudo pode ser ampliado,

fácil será ampliarlos cuando el mejoramiento del estado del pueblo, la distribución más equitativa de las fortunas, consecuencia necesaria de las buenas leyes; los

progresos de los métodos de enseñanza hayan propiciado el momento; cuando, finalmente, la disminución de la deuda y la de los gastos superfluos permitan consagrar a empleos verdaderamente útiles, mayor proporción de los ingresos públicos (CONDORCET, 1997, p. 257).

Através da instrução do povo o autor pretendia diminuir a desigualdade proporcionada pela fortuna, pois compreendia que a única desigualdade válida era a natural, que seria determinada pelo talento.

Apesar do autor tratar o homem de forma universal e de querer atingir a todos os seres humanos do globo, ele leva em conta questões particulares, devendo aprofundar o conhecimento no que “são de maior utilidade ou aqueles pelos quais a criança demonstre maior interesse” (CONDORCET, 2010, p. 65). O que há de universal no homem é “que éste es un ser sensible, capaz de formar razonamientos y de adquirir ideas morales” (CONDORCET, 1997, p. 149).

Condorcet entende o homem como perfectível, estando em constante progresso, sendo a idéia de perfeição inatingível, “podríamos concluir que la perfectibilidad del hombre es indefinida” (CONDORCET, 1997, p. 208). Essa busca constante pelo aprimoramento leva ao melhoramento não só da espécie humana, mas também das instituições sociais, das leis e da diminuição da desigualdade. A cada aperfeiçoamento, a cada melhoramento social que atinge, cria outros anseios. Assim poderíamos afirmar, em relação à instrução, que inicialmente se tem acesso universal a instrução primária, logo depois vem a busca pela universalização da instrução secundária e segue sucessivamente.

Para Condorcet, há um grupo de verdades das ciências políticas que devem ser de conhecimentos de todos, sendo que quanto mais pessoas o conhecem, maior será a liberdade e a prosperidade do país. O autor defende que, em uma nação livre, a influência do progresso das ciências políticas sobre a liberdade e a prosperidade deve ser medida pela maior quantidade de verdades pelas ciências professadas, que são do conhecimento de todos os cidadãos. Essas verdades devem ser aprendidas através da instrução elementar. Como podemos evidenciar,

en las ciencias políticas, hay una clase de verdades que, sobre todo en los pueblos libres (es decir, dentro de unas cuantas generaciones, en todos los pueblos), no pueden ser útiles más que cuando son generalmente declaradas y confesadas. De modo que la influencia del progreso de estas ciencias sobre las libertades, sobre la prosperidad de las naciones, debe medirse, en cierto modo, de acuerdo con el número de tales verdades, que, a consecuencia de una enseñanza elemental, pasan a ser comunes a todos los espíritus; así, los progresos constantemente crecientes de esta enseñanza elemental, vinculados ellos mismos a los progresos necesarios de

esas ciencias, nos garantizan un mejoramiento en los destinos de la especie humana, que puede considerarse indefinido, puesto que no tiene más límites que los de esos progresos mismos (CONDORCET, 1997, p. 205).

Fica clara a confiança do autor de que o progresso da ciência leva ao melhoramento da instrução elementar e, por consequência, ao progresso humano, os quais são indefinidos. Pode-se observar que há uma ação de retorno. Quando avança a ciência, melhora a instrução, que traz progresso a humanidade e retorna tudo de novo com mais progresso a cada um, sendo um círculo que cresce indefinidamente.

Condorcet acredita que a difusão da instrução à população acarretará em benefícios à humanidade. Há uma perspectiva de otimismo no futuro, uma crença no melhoramento do homem e da sociedade e de que a liberdade, em algumas gerações futuras, irá atingir todos os povos.

O modelo de progresso a ser seguido é o dos países europeus, que podem chegar aos locais mais distantes através do livre comércio e das colônias compostas por europeus, que não tinham como sobreviver em seus países de origem, levando a civilidade aos povos que estão esperando por libertadores,

se poblarán de hombres industriosos, que irán a buscar en esos climas el desahogo económico inalcanzable para ellos en sus patrias. La libertad los retendrá, la ambición dejará de atraerlos, y esas factorías de ladrones se convertirán en colonias de ciudadanos que propagarán, en África y en Asia, los principios y el ejemplo de la libertad, los conocimientos y la razón de Europa [...] Estos vastos países le ofrecerán, aquí, pueblos numerosos, que parecen no estar aguardando, más que las instrucciones, para civilizarse, y encontrar a los europeos como a hermanos, para convertirse en sus amigos y discípulos; allí, naciones sometidas a déspotas sagrados o conquistadores estúpidos, y que, desde hace tantos siglos, claman por libertadores (CONDORCET, 1997, p. 189).

O europeu é apresentado como o povo civilizado que irá humanizar e libertar os povos bárbaros da Ásia e da África, mas poderia ser incluída também a América. Para o autor, o modelo a ser seguido é do europeu industrial e defensor da liberdade. Condorcet não faz referência à exploração que os países europeus empregaram a esses povos chamados de bárbaros, além de que na própria Europa, a massa pobre estava excluída de muitos direitos que o autor estava propagando.

Apesar do autor se referir, em algumas passagens, aos europeus, ele considera os franceses e os americanos do norte como os mais instruídos. Como podemos observar ao fazer a seguinte pergunta: “¿ Alcanzarán todas las naciones algún día el estado de civilización a que

han llegado los pueblos más instruidos, los más libres, los más exentos de prejuicios, como lo son los franceses y los angloamericanos?” (CONDORCET, 1997, p. 186).

Condorcet crê que pouco a pouco irá ocorrer a diminuição da desigualdade entre os indivíduos e entre as nações. A sua esperança quanto ao destino da humanidade “pueden reducirse a tres cuestiones: la destrucción de la desigualdad entre las naciones; los progresos de la igualdad en un mismo pueblo, en fin, el perfeccionamiento real del hombre” (CONDORCET, 1997, p. 186).

Apesar de defender a igualdade, ele reconhece que a “desigualdad deberán realmente disminuir, sin desaparecer por completo”. Ele defende a sociedade do meio termo sem miséria e sem riqueza em excesso. A igualdade que ele quer é a de oportunidade, o Estado não pode restringir o desenvolvimento pleno do sujeito, nem beneficiar certos grupos. A riqueza não pode ser beneficiada por leis que criam meios “artificiales para perpetuarlas y acumularlas”. A desigualdade tende a diminuir “si la administración pública no abre para algunos hombres fuentes abundantes de opulencia, cerradas para el resto de los ciudadanos”. Deve-se impedir “que el crédito siga siendo un privilegio tan exclusivamente ligado a las grandes fortunas” (CONDORCET, 1997, p. 191 - 193). O autor é contra a manutenção de privilégios por certos grupos ou indivíduos e acredita que a liberdade de indústria e de comércio possa diminuir a desigualdade de riqueza.

Para Boto (2003, p. 471) a concepção de escola de Condorcet valoriza “o primado da diferença de talentos sobre a diferença de fortuna”. O autor francês é contra os privilégios e defende a igualdade de oportunidade, sendo a única medida, o talento.

Há também a concepção de que o conhecimento mínimo adquirido na escola pública deve dar condições ao aluno que tenha talento de ampliar por si nos assuntos que lhe interessa, é a escola vista como uma porta que se abre ao conhecimento, tendo como limite a capacidade do aluno. Ao tornar a instrução mais universal pode despertar nos homens “el gusto por un tipo de estudios y la facilidad para progresar” (CONDORCET, 1997, p. 197). E que a partir da invenção da imprensa multiplicaram-se os exemplares de uma mesma obra, a preço baixo, assim a faculdade de “poseer libros, de adquirirlos de acuerdo con sus gustos y necesidades, ha existido para todos quienes saben leer; y esta facilidad de la lectura ha aumentado y propagado el deseo, así como los medios de instruirse” (CONDORCET, 1997, p. 127).

O autor tem por objetivo formar sujeitos autônomos, participativos na sociedade e que tenha condições de escolher e fiscalizar os seus representantes legais,

se puede instruir a la masa entera de un pueblo de todo lo que cada hombre necesita saber para la economía doméstica, para la administración de sus asuntos, para el libre desarrollo de su industria y de sus facultades; para conocer sus derechos, defenderlos y ejercerlos; para informarse de sus deberes, para cumplirlos bien; para juzgar sus propias acciones y las de otros, de acuerdo con sus propios conocimientos, y no ser ajeno a ninguno de los sentimientos elevados o delicados que honran a la naturaleza humana; para no depender ciegamente de aquellos a quienes está obligado a confiar el cuidado de sus asuntos o el ejercicio de sus derechos; para tener la capacidad de escogerlos y de vigilarlos, para no ser más víctima de esos errores populares que atormentan la vida con temores supersticiosos y esperanzas quiméricas; para defenderse de los prejuicios con tan sólo las fuerzas de la razón (CONDORCET, 1997, p. 193).

Nessa passagem há uma grande quantidade de elementos que compõem de forma ampla a importância da instrução para Condorcet. A sua confiança na instrução geral do povo, como o caminho para o melhoramento da espécie humana, está também na crença que ocorreria uma melhora moral, pois a sociedade iluminada pelas luzes da instrução faria com que os representantes eleitos fossem mais capacitados e os eleitores fariam escolhas melhores. Além de não confiarem cegamente, teriam conhecimento para fiscalizá-los. Ao mesmo tempo em que acredita nesse melhoramento moral e intelectual dos eleitos, ele coloca a necessidade de fiscalizá-los, pois podem se desviar do caminho. Esse cuidado serve tanto no campo político como em suas relações diárias. O autor confia que no porvir, o mundo será melhor. Mas essa confiança não é cega, ele ressalta a importância de se repensar a cada período, o momento vivido. É uma visão que coloca a sociedade em suspense. Nada está fixo, tudo precisa estar ao jugo da razão.

O autor não percebe o poder fixo em algum sujeito ou instituição, ele está na comunidade, havendo uma preocupação com a liberdade nas mínimas relações, onde ninguém deve ser dependente de ninguém. A instrução deve libertar o sujeito da confiança cega, tanto de seus representantes legais, quanto de um jurista ou de um marceneiro, ou em qualquer outro negócio da vida.

O autor reconhece que há uma diversidade de causas que levam a desigualdade, que elas não atuam isoladamente, havendo uma relação de reciprocidade entre elas. Ele acredita que através da difusão da instrução, a desigualdade tende a diminuir em seus mais variados aspectos, pois uma maior igualdade de instrução leva a uma maior igualdade de indústria e, por consequência, a de riqueza, levando, por reflexo, novamente a igualdade de instrução,

estas diversas causas de desigualdad no actúan de manera aislada; se unen, se penetran, se sostienen recíprocamente, y de sus efectos combinados resulta una acción más fuerte, más segura, más constante. Cuando la instrucción es más igual,

da origen a mayor igualdad en la industria, y, por lo tanto, en las fortunas; y la igualdad de fortunas contribuye necesariamente a la de la instrucción (CONDORCET, 1997, p. 194).

O autor tem na instrução do povo a arma para diminuir a desigualdade. Não atuando de forma isolada, mas essa deve se ligar a outras, como a indústria, a riqueza, a constituição mais igual, com a eliminação dos privilégios de certos grupos, sem a confiança cega nos seus representantes e no uso individual da razão. É uma visão de crer no porvir que todas essas causas “del perfeccionamiento de la especie humana, todos esos medios que la aseguran, deben, por su naturaleza, ejercer una acción siempre activa, y adquirir una extensión permanentemente creciente” (CONDORCET, 1997, p. 208). O ideal de igualdade se amplia constantemente a medida que se estabeleçam os diferentes gêneros de igualdade, através de meios mais abundantes de satisfazer as nossas necessidades. Quanto maior for a difusão da instrução e da liberdade, “más real será esta igualdad” (CONDORCET, 1997, p. 195).

Para Condorcet (2010, p. 22) a difusão da instrução à população possibilita “tornar real a igualdade política reconhecida pela lei”, pois ao contrário, é simplesmente retórica. O autor reconhece que ao longo da história se evidencia uma diferença “entre los derechos que la ley reconoce a los ciudadanos y los derechos de los que disfrutan realmente” (CONDORCET, 1997, p. 191), pois com a difusão da instrução, o cidadão poderá conhecer e cobrar seus direitos.

A instrução a que se refere não se restringe a escolarizada e a infância. Assim, em relação ao primeiro grau, ele defende que “todo domingo o instrutor promoverá uma conferência pública que assistirão os cidadãos de todas as idades” (CONDORCET, 2010, p. 26). Em relação ao segundo grau “los maestros darán conferencias semanarias, a las que podrán asistir todos los ciudadanos” e no terceiro grau “los profesores dictarán conferencias públicas una vez al mes” (CONDORCET, 1997, p. 257 – 266).

Para Condorcet (2008, p. 56) nada está fixo, “eu lhes perguntaria: como podem estar tão seguros de que aquilo que crêem é e será sempre verdade”. Inclusive as leis não podem ser consideradas como algo eterno, “nem a Constituição francesa, nem mesmo a Declaração dos Direitos serão apresentadas a qualquer classe de cidadãos como tábuas decididas do céu, que é preciso adorar e crer” (CONDORCET, 2010, p. 26).

Condorcet (2008, p. 53) defende a necessidade de cada geração repensar a legislação que a rege, e a geração anterior não deve impor opiniões àquela que a precede, mas deve “esclarecê-las cada vez mais, a fim de que cada uma se torne cada vez mais digna de governar-se por sua própria razão”. É através da instrução que se esclarece a nova geração,

pois “o fim da instrução não é fazer que o homem admire uma legislação pronta, mas torná-los capazes de avaliá-la e corrigi-la”. O que se observa novamente é a intenção de, através da difusão das luzes, tornar o sujeito autônomo, participativo da sociedade, onde nada está fixo, nada deve ser imposto e tudo deve estar submetido a razão.

A lei, por si só, não é suficiente para garantir a liberdade e a igualdade, é preciso difundir a instrução à população. Se o povo for ignorante, os impostores e enganadores se utilizam das leis, mesmo das que defendem a igualdade, e fazem deles “seus instrumentos e suas vítimas”. Mas se o povo for instruído, saberá “distinguir a voz da razão da corrupção e logo verá caírem a seus pés as correntes de ouro que esta lhes tinha preparado” (CONDORCET, 2008, p. 66 – 67).

O autor francês defende que o progresso da espécie humana ocorre pouco a pouco, assim como a eliminação dos entraves para o seu melhoramento. Por outro lado, ao eliminar as cadeias que impedem a liberdade e o uso da razão, não prevê um paraíso, mas sim uma sociedade onde sujeitos livres e racionais terão divergências para atingir o melhoramento da espécie humana e dificuldades de encontrar a verdade, próprio da busca do conhecimento, onde a cada descobrimento, surgem novos obstáculos. Havendo, assim, uma enorme diferença entre uma sociedade que ele considera que estava na infância ou período da escuridão e o momento do porvir, que seria da luz, onde as relações se dariam entre sujeitos livres que aperfeiçoariam a convivência social e o melhoramento dos assuntos particulares.

Para Condorcet, os grandes inimigos da liberdade e do uso da razão são os tiranos e os sacerdotes, esses dominam através da manutenção da ignorância do povo, tornando-o seus escravos. Mas acredita que haverá de chegar o dia em que o sol iluminará sobre a terra, tão somente “hombres libres, que no reconocerá otro dueño que su razón, en que los tiranos y los esclavos, los sacerdotes y sus estúpidos o hipócritas instrumentos dejen de existir” (CONDORCET, 1997, p. 190).

Conforme Althusser (1974), a sociedade moderna, influenciada pela difusão das ideias liberais, empregou a escola como aparelho ideológico de Estado. Mas ao analisar as fontes do presente artigo, observa-se que essa forma de uso do espaço escolar não tem respaldo nos pressupostos de Condorcet, pois “os estabelecimentos que o poder público sanciona devem ser tão independentes quanto possível de toda a autoridade política”. Os governantes não podem impedir a difusão de novas verdades através da escola e nem de teorias que são contrárias aos interesses de certos grupos políticos, “enfim, nenhum poder público deve ter nem autoridade nem mesmo crédito para impedir o desenvolvimento de

novas verdades e o ensino das teorias contrárias à política particular ou aos interesses momentâneos” (CONDORCET, 2010, p. 23-25).

Condorcet (2010, p. 23) reconhece que essa independência não pode ser absoluta, devendo a escola estar submetida à Assembléia dos representantes do povo, pois esse, de todos os poderes, é o menos corrupto e o mais influenciado pela opinião dos homens esclarecidos. O autor prefere as decisões tomadas em Assembléia ou por um grupo do que por um só indivíduo, mesmo que este seja um gênio, porque o que em cada período “assinala o verdadeiro termo das luzes não é a razão particular de tal homem de gênio, que pode ter também seus preconceitos pessoais, mas a razão comum dos homens esclarecidos” (CONDORCET, 2010, p. 51).

Apesar dessa defesa da submissão da instrução à Assembléia do Povo, o autor também coloca a escola sob o controle da Sociedade Nacional das Ciências e das Artes, que seria o último grau de escolarização, “instituída para fiscalizar e dirigir os estabelecimentos de instrução, para ocupar-se do aperfeiçoamento das ciências e das artes, para recolher, encorajar, aplicar e difundir as descobertas úteis” (CONDORCET, 2010, p. 34).

O que o autor quer é colocar outros mecanismos de controle para evitar ou dificultar favorecimentos, imposição de interesses de certos grupos ou de governantes, enfim, é a escola sob controle dos homens mais instruídos, na busca da supremacia da razão sobre os interesses.

Para Condorcet, nenhum governo deve impor verdades, ter domínio absoluto sobre a instrução, controlar as publicações, pois esses são princípios dos governos tiranos,

nos governos arbitrários, tem-se o cuidado de dirigir o ensino de modo a que disponha a uma obediência cega ao poder estabelecido e de, em seguida, vigiar as publicações e mesmo os discursos, a fim de que os cidadãos não aprendam nada que não seja próprio a confirmá-los nas opiniões que seus senhores querem lhes inspirar (CONDORCET, 2008, p. 55).

Condorcet, através da escola, quer tornar o sujeito conhecedor das coisas e livre para usar a sua razão, independente de qualquer outra pessoa ou poder. O Estado não deve impor verdades, não deve usar a escola como espaço de construção de sujeitos submissos. A escola deve servir para construção de sujeitos ativos e autônomos, ela é a porta para o conhecimento, devendo desenvolver as aptidões de cada aluno para que sujeitos livres possam construir uma sociedade melhor. O uso da escola como aparelho ideológico de estado é uma negação dos princípios de Condorcet.

Condorcet (2008, p. 47) também é contra a intervenção de qualquer religião na instrução pública, “as opiniões religiosas não podem fazer parte da instrução comum”, pois essas não esclarecem os homens, mantendo-os nas trevas para poder dominá-los.

Em relação à moral, o autor defende colocá-la sob a égide da razão, pois “os princípios da moral ensinados nas escolas e nos institutos serão aqueles que, fundados sobre nossos sentimentos naturais e sobre a razão, pertence igualmente a todos os homens” (CONDORCET, 2010, 29). Os homens esclarecidos reconhecem que seus deveres são independentes dos dogmas religiosos, assim “não é preciso ligar a instrução da moral às idéias gerais de religião” (CONDORCET, 2010, p. 31).

Os assuntos religiosos devem estar fora das questões de Estado, ficando o cidadão livre para escolher e exercer qualquer culto que desejar seguir. O autor não admite o ensino de qualquer culto no espaço da escola pública, esse deve ser ensinado nos templos de cada religião. Assim, qualquer pai poderá mandar seu filho para a escola pública sem o receio do Estado usurpar o seu direito de livre consciência,

é, pois, rigorosamente necessário separar da moral os princípios de toda a religião particular, e não admitir na instrução pública o ensino de qualquer culto religioso. Cada um deles deve ser ensinado nos templos, por seus ministros. Os pais qualquer que seja sua crença, qualquer que seja sua opinião sobre a necessidade de tal ou qual religião, poderão então, sem repugnância, enviar seus filhos aos estabelecimentos nacionais, E o poder público não terá usurpado os direitos de consciência sob pretexto de esclarecê-la e de conduzi-la (CONDORCET, 2010, p. 30).

Condorcet defende que os Bispos não deveriam interferir nas escolas e na escolha dos professores, pois esses

escolheriam os padres das suas dioceses, criados nos seus seminários, educados nos seus disparates e nas suas perseguições, alimentados na mais abjeta submissão e nos desatinos dos bispos, que considerariam o trabalho de educar os jovens um emprego passageiro que se pode realizar sem zelo, sem cultura, mas bastante bom para formar novos escravos para os prelados. Portanto, se não devemos entregar aos bispos a educação nos colégios, devemos excluir, em termos absolutos, toda a sua influência (CONDORCET, 2010, p. 102).

A instrução deveria se libertar desses dogmas das religiões e dos clérigos, que mantêm seu poder pela ignorância dos fiéis, tornando-os seus escravos, devendo ficar a instrução somente submetida aos homens esclarecidos que se baseiam no uso livre da razão.

Um tema importante para verificar como se dava a divisão do poder na construção da escola, na concepção de Condorcet, é a escolha dos professores, em que os membros da sociedade nacional das ciências e das artes, que é o maior grau de instrução, “se elegirán a sí mismos” (CONDORCET, 1997, p. 281).

A sociedade nacional se dividiria em quatro classes, sendo a primeira formada pelas ciências matemáticas, a segunda pelas ciências morais e políticas, a terceira “abarca la aplicación de las ciencias matemáticas y físicas a las artes [...] la cuarta clase comprende la gramática, las letras, las bellas artes, la erudición” (CONDORCET, 1997, p. 277 - 278).

Cada uma dessas classes escolhe os professores dos liceus conforme a área da vaga a ser preenchida. Os professores dos liceus nomeiam os professores dos institutos, “pero la municipalidad tendrá derecho a reducir la lista de los elegibles” (CONDORCET, 1997, p. 282). Pode-se observar que o poder local intervém antes dos professores dos liceus escolherem o candidato.

Os professores dos institutos do distrito fariam uma lista dos elegíveis para o ensino primário e o secundário. O primário seria escolhido pela “asamblea de padres de familia del distrito en que se encuentre la escuela” e o secundário pelo “cuerpo municipal del lugar en que se halle situada la escuela” (CONDORCET, 1997, p. 282).

A preocupação da divisão da responsabilidade da instrução já aparecia nas memórias escritas em 1791, a qual é a base do Relatório e Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública de 1792, que defendia três fases separadas para escolher os professores, “é sempre mais difícil agir por intriga em três julgamentos separados, se eles não forem feitos pelas mesmas pessoas” (CONDORCET, 2008, p. 126).

Com relação a inspeção dos estabelecimentos escolares, há também a divisão de responsabilidades, onde cada grau de instrução seria controlado pelo grau imediatamente superior. Segundo Boto (1996, p. 141) “o Estado ficaria, pois, sem qualquer dispositivo para agenciar as instituições educativas, que, por sua vez, constituiriam praticamente uma rede auto-administrativa”.

O que se observa é a divisão do poder, há vários segmentos compartilhando a construção e o controle da escola. Participam o poder público, a Assembléia Legislativa, o poder local, os professores integrantes de cada grau de instrução e os pais dos alunos. Todos esses têm certo controle sobre a instrução, mas também são controlados, nenhum concentra ou monopoliza o governo da escola.

Conclusões preliminares

O autor francês acredita no progresso incessante da espécie humana, o qual atingiria também as instituições sociais, as leis e a convivência em sociedade. Nada está fixo para ele. O progresso deveria constantemente diminuir a desigualdade e quanto mais igual a sociedade, maior será a liberdade. Para atingir esse objetivo, a instrução tem papel central no pensamento de Condorcet.

A função da instrução primária é na perspectiva de porta, que deve dar condições ao aluno para participar das funções públicas, conhecer seus direitos e deveres, de fiscalizar os políticos por ele eleito, de melhorar sua profissão, não confiar cegamente em outra pessoa e de poder buscar o conhecimento que julgar necessário.

Apesar de acreditar no progresso constante da espécie humana ele não defende que haverá um momento de “paraíso na terra”, mas onde somente existirão homens livres que, utilizando-se de sua razão, debaterão para o melhoramento constante da sociedade, surgindo outras necessidades e outros problemas a serem resolvidos.

A partir de agora se concluirá especificamente o que significa para Condorcet a escola pública, laica, gratuita e universal, que é o objetivo principal deste artigo.

Para Condorcet, a instrução deveria ser gratuita até o quarto grau de instrução, para não impedir que o aluno que tivesse condições intelectuais ficasse de fora da escola por não ter condições de pagar. Por outro lado, devemos reconhecer que havia outros motivos que impediam o aluno pobre de frequentar a escola e que não era suficiente a previsão legal da escola gratuita.

A universalidade se restringia, num primeiro momento, ao ensino primário, mas devendo ampliar quando as circunstâncias econômicas do país melhorassem.

A escola laica significa não haver ensinamento religioso na escola. Inclusive, o ensino referente à moral não deveria fazer menção a qualquer religião. Os princípios morais devem ser buscados na razão humana e não em dogmas religiosos, é nela que se busca a justificativa para agir moralmente.

A escola pública não pode servir como aparelho ideológico de Estado, esse uso que a burguesia fez ou faz dela é uma negação dos princípios desse autor. Ela deve ser independente dos poderes constituídos. Os governantes não podem impor suas intenções ou ideias através da escola pública.

Pode-se concluir que o objetivo do presente artigo, de compreender a concepção de Condorcet da escola pública, laica, gratuita e universal, foi alcançado. Por outro lado, pode-se indagar qual o limite dessas ideias e a possibilidade de serem postas em prática na sociedade

liberal burguesa ou em outro ambiente que se utilizou esse autor, como no caso dos dois primeiros projetos de instrução pública do Brasil independente. Mas esta abordagem já seria outro texto com outro objetivo. Contudo, o presente artigo é fundamental para poder analisar esses casos específicos.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ALVES, Gilberto Luiz. Apresentação. In: **Escritos sobre a instrução pública: Condorcet**. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti, Lígia Regina Klein e Fani Goldfarb Figueira. Campinas: Autores Associados, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação e sociedade**. Campinas. Vol. 24, nº 84, set. 2003.

CONDORCET. **Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano y otros textos**. Trad. de Francisco González Aramburo. México: Fondo de cultura económica, 1997.

_____. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Trad. de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

_____. **Escritos sobre instrução pública: Condorcet**. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti e Lígia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

